

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

“Documento preparado para a apresentação no VII Congresso Latino Americano de Ciência Política, organizado Associação Latino Americana de Ciência Política (ALACIP) – Bogotá, 25 a 27 de Setembro de 2013”.

Avanço ou Retrocesso? O “chavismo” como um novo comportamento político na América Latina.

William Melo – E-mail: william_santos_melo@yahoo.com.br / Professor Centro Federal de Tecnologia Celso Suckow da Fonseca – Rio de Janeiro.

Guilherme Marques – E-mail: guimarquesbr@hotmail.com / Pesquisador da Fundação Getulio Vargas – Rio de Janeiro.

Jonathan Felix – E-mail: jonathan-felix@uol.com.br / Pesquisador da Universidade Candido Mendes – Rio de Janeiro.

Tema: Opinião Pública, comportamento eleitoral, cultura política e eleições na América Latina.

Avanço ou Retrocesso? O “chavismo” como um novo comportamento político na América Latina.

Resumo

A proposta deste artigo é avaliar, com base na trajetória histórica de Hugo Chávez Frias, os principais acontecimentos que possibilitaram um novo movimento político na América Latina. Sendo assim, este *paper* surge dos acontecimentos recentes ocorridos na Venezuela (com a morte de Hugo Chávez e a possível continuidade de governo de seu sucessor Nicolas Maduro) e da inquietação por parte destes pesquisadores em esclarecer também as possíveis intenções que levam uma parcela de especialistas internacionais, opositores internos e demais órgãos de imprensa de todo o mundo a criticar a atuação e o legado “chavista”.

Ademais todas as possíveis relações de seu governo com atuações antidemocráticas, a atuação deste novo movimento denominado “chavista” só consolidou seus índices de popularidade e legitimidade a cada ano, mesmo que estes indicadores não lhe possibilitassem a estabilidade institucional necessária. Tendo em vista, todos esses aspectos, torna-se necessário ressaltar questões chaves, como: 1) Os movimentos históricos venezuelanos que precederam os anos “chavistas” e as possíveis motivações em prol da figura do então presidente; 2) A forte influência ideológica bolivariana neste novo movimento político latino americano e por fim; 3) A verificação dos avanços e retrocessos estabelecidos pelos anos “chavistas”, principalmente no que se refere à democracia e a direitos sociais adquiridos pela população venezuelana.

Introdução

Ao longo de catorze anos de presidência, Chávez se esforçou para ampliar a base do movimento bolivariano, atraindo as classes sociais mais desprotegidas e marginalizadas: concedeu-lhes parte da renda do petróleo e reconheceu o direito de participarem ativamente da gestão tanto de suas comunidades quanto de seus locais de trabalho.

Seu comportamento político passou a ser sinônimo de ações que dizem respeito à nacionalização de indústrias estratégicas, transformação de numerosas empresas estatais em cooperativas operárias, reforma agrária, criação de conselhos participativos, introdução de programas sociais destinados aos mais pobres e demais ações na esfera social, o que ajudou a consolidar o apoio popular a Chávez entre os setores da população, anteriormente completamente ignorados pelo antigo sistema.

A acusação sempre repisada de que Chávez e seu bolivarianismo apenas substituiu um clientelismo por outro também não faz sentido, porque a “clientela”, nesse caso, coincide com o maior número e não vendeu seu apoio. Ao contrário, desempenhou um papel ativo no processo de transformação social. Não é de se estranhar, por exemplo, que a maioria dos venezuelanos se mostre satisfeita com seu estilo de regime democrático, segundo a última sondagem realizada na Venezuela pelo instituto chileno Latinobarómetro (2012).

A redistribuição da riqueza oriundas dos lucros do petróleo, como um dos pilares de sua concepção bolivariana, produziu na sociedade um efeito benéfico cujos resultados já podemos avaliar: as fatias da população favoráveis ao governo, isto é, as

classes médias de esquerda (à esquerda dos socialdemocratas, portanto) e grande parte das classes populares exibem maior consistência que os grupos heteróclitos dos seus opositoristas (WILPERT, 2007). Enquanto a Mesa de Unidade Democrática (MUD) – coalizão opositorista ao governo Chávez – se vê as voltas com disputas de clãs que ameaçam a todo instante implodi-la, as organizações que militam pela continuidade da então “experiência bolivariana” não deram sinais de tensão nem dissensão – nem sequer durante a longa ausência de seu líder por motivos de saúde.

Embora os chavistas estejam unidos, nem por isso o problema da sucessão deixou de inquietá-los. Maduro, mesmo tendo sido eleito e reconhecido como sucessor oficial de Chávez, teve de renegociar com grupos de interesse e manter as aspirações das classes populares que tiveram, nos últimos anos, todas suas demandas contempladas.

Mais que qualquer outro país da América Latina, a Venezuela se caracterizará por um cenário político pulverizado. Os grupos de interesse nunca romperam seus laços históricos com o aparelho estatal, o que explica sua relativa fraqueza em face dos partidos políticos. O fato de o país depender de uma indústria petrolífera que manda e desmanda teve por consequência ampliar a tutela dos poderes públicos sobre as forças sociais e econômicas. Certamente este cenário colocará a prova à gestão do atual presidente venezuelano, como também a experiência bolivariana renascida nos finais da década de 90 com o então presidente Chávez, experiência esta que tanto alterou o cenário sociopolítico da Venezuela.

Assim sendo, este artigo analisa os seguintes aspectos no que concerne a política venezuelana dos últimos decênios: 1) os movimentos históricos venezuelanos que precederam os anos “chavistas”; 2) a forte influência ideológica bolivariana neste novo movimento político latino-americano; e por fim, 3) a verificação dos avanços e retrocessos estabelecidos pelos anos “chavistas”, principalmente no que se refere à democracia e a direitos sociais adquiridos pela população venezuelana.

A chegada ao poder: contexto e articulação política

A chegada de Hugo Chávez ao poder só é compreensível se voltarmos à década de 1950 e, particularmente, ao Pacto de Punto Fijo. Esse pacto irá marcar a vida política da Venezuela até a ascensão de Chávez ao poder em 1998. Este pacto forjou um sistema político de coalizão que, embora multipartidário, na prática levou a alternância de dois partidos com poucas diferenças ideológicas e programáticas, o que terminou por sufocar partidos menores, levando a diversas minorias políticas a ficarem sem representação. A sobrevivência do próprio sistema formado era considerado como objetivo da organização política venezuelana. O partido comunista, como outros setores à esquerda, eram considerados como forças destabilizadoras e indesejadas à estável política venezuelana.

Nesse sistema, as principais forças estavam concentradas no partido Acción Democrática (AD), que tinha por característica ideológica um projeto social democrático que se alternava no poder com o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), defensora de um projeto ideológico democrata cristão, até o ano de 1988. Os partidos atuaram como mediadores do acesso ao governo da Venezuela

com bastante estabilidade, ocupando com frequência a maior parte das cadeiras do legislativo (VILLA, 2005).

Os dois partidos eram fortemente institucionalizados e possuíam uma estrutura rígida, tendo a disciplina partidária como prioridade. Ainda que contasse com importantes lideranças políticas, os partidos buscaram evitar disputas que pudessem conduzir a dissidências.

Os grandes partidos cuidavam para que a governabilidade não se operasse como um jogo de soma zero. Representantes dos partidos pequenos eram incorporados no exercício de cargos de segundo escalão, e alguns setores de esquerda tinham alguma representação proporcional na poderosa Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV), que, por sua vez, era controlada pela AD. Esta articulação de representação de interesses políticos, além de transferir estabilidade institucional, excluía a atração por opções políticas radicais, fossem estas de esquerda ou de direita. (VILLA, 2005, p. 155)

Reforça ainda a estabilidade do sistema o fato da economia venezuelana estar centralizada no petróleo, o que possibilitou ao Estado intervir de maneira direta na economia e, conseqüentemente, na relação com os atores da sociedade civil. Entidades como os sindicatos de trabalhadores, assim como do setor privado, foram por vezes subsidiados por ações do Estado, financiados com a arrecadação do setor petrolífero. Isso garantiu aos partidos uma significativa representatividade em diversas camadas sociais, embora tenham sua origem na classe média.

É preciso ainda destacar que tanto as lideranças da AD quanto da Copei mantiveram uma relação estreita com os Estados Unidos enquanto ocupavam os cargos do governo, tendo contribuído por diversas vezes com o bloqueio a Cuba, política que será radicalmente mudada na Era Chávez.

A derrocada deste modelo ocorre a partir de 1989, após as crises financeiras que emergiram na América Latina a partir da década de 1980. Mediante a crise que se instaurava, foi eleito Carlos Andrés Pérez, membro da Acción Democrática. Pérez já havia sido presidente entre 1973 e 1978, tendo tido grande popularidade pela feliz coincidência de ter governado entre os primeiros anos do aumento do valor do petróleo. Assim como em outros países latino-americanos, a resposta à crise veio na forma de um pacote de medidas neoliberais.

Medidas como ajuste fiscal, privatizações de empresas estatais e redução do aparato administrativo do Estado acabaram tornando seu governo bastante impopular. Na prática resultou na demissão de muitos venezuelanos, pois era significativo o número de funcionários das estatais da administração pública, combinado com o fim da política intervencionista que acompanhara o Pacto de Punto Fijo até aquele momento. Distante do apelo nacionalista de outrora, Pérez transferiu boa parte das empresas nacionais ao capital internacional.

Já no início de 1989, ficava clara a impopularidade das medidas. Evidenciando que o modelo político estabelecido há décadas estava a ponto de ruir, assistiram-se aos primeiros protestos na cidade de Caracas. Era o chamado “Caracaço”: os setores mais pobres da população de Caracas, contabilizadas em aproximadamente 300 pessoas, saíram as ruas em protesto no dia 27 de fevereiro deste ano, sendo brutalmente reprimidos pelos militares. O próprio Hugo Chávez, em entrevista à Marta Harnecker, evidencia a importância do evento:

Àquele, 27 de fevereiro de 1989, quando o povo de Caracas saiu massivamente às ruas em repúdio ao pacote econômico aprovado pelo então presidente Carlos Andrés Pérez e os massacres que então ocorreram, foram acontecimentos que marcaram muito a minha geração. [...] Quando Carlos Andrés Pérez enviou a Força Armada à rua para reprimir aquela explosão social e houve um massacre, os militares bolivarianos do MBR 200 analisaram que se havia ultrapassado o limite, decidindo que era preciso ir às armas. Não podíamos continuar sendo coparticipantes de um regime genocida. Esse acontecimento foi um catalisador do Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR 200). Começamos então a acelerar a organização do Movimento, a busca de contatos com civis e movimentos populares, a pensar na estratégia, na ideologia, mas, principalmente, na estratégia: como fazer para transcender uma situação e buscar uma transição para outra. (HARNECKER, 2004, p. 21).

Conforme a fala do próprio ex-presidente Hugo Chávez, o Caracaço serviu como catalisador do movimento de oficiais das Forças Armadas que, apenas três anos depois, iria protagonizar uma tentativa de golpe, aprofundando ainda mais a crise política no país. Algumas das lideranças do movimento golpista, a exemplo do próprio Chávez, são presas. No entanto, o fracasso do golpe não impediu que no ano seguinte Pérez fosse afastado do poder sob acusação de corrupção.

Os fatores que condicionavam a estabilidade política do Pacto de Punto Fijo, como a base econômica petrolífera, os acordos partidários, à condução bipartidária e o centralismo político dos dois principais partidos não foram capazes de contornar a crise política e econômica que o país experimentava desde a década de 1980. Ficava evidente que o sistema até então estabelecido era incapaz de incorporar novos atores políticos e sociais. Algumas reformas foram assim implementadas no esforço de descentralizar a política venezuelana.

Os governadores que antes eram indicados pelo presidente da República e os alcaides (prefeitos), que eram eleitos indiretamente pelas próprias câmaras municipais, passaram a ser eleitos pelo voto popular. Essas tímidas reformas, porém, não foram suficientes para legitimar e reinstitucionalizar politicamente os atores de Punto Fijo, então incapazes de entender que não era possível conciliar e manter intacto o sistema por eles montado, ao mesmo tempo em que se deterioravam as condições institucionais e materiais de tal sistema. É a compreensão de que eram necessárias mudanças no sistema político, desta forma, que talvez se associe o principal mérito da emergência da figura de Hugo Chávez no cenário da política venezuelana. (VILLA, 2005, p. 157).

É nesse contexto que o grupo de oficiais e setores da sociedade civil proporia a abstenção como ação política para as próximas eleições. Em paralelo a crise de legitimidade do Pacto de Punto Fijo, o MBR 200 iniciou no país uma série de encontros com setores diversos da sociedade civil para mobilizar a população e discutir mudanças mais profundas no sistema político, liderado pela bandeira de uma nova constituição.

Ainda que o projeto político não tenha sido implementado naquele momento, Hugo Chávez já construía importantes alianças de setores civis, estabelecendo uma estreita relação civil-militar que tinha como elemento comum a figura libertária de Simon Bolívar. Além disso, emergia a figura do ex-presidente enquanto possível líder da nação, tendo como bandeira a criação de uma nova constituição que rompesse com o modelo institucional vigente. No entanto, a constituinte deveria advir de um processo popular ao qual não houve tempo nem preparação àquela altura.

Após o afastamento de Pérez assumiu Octavio Lepage como presidente interino entre maio e junho de 1993, sendo substituído por Ramón José Velásquez, designado presidente pelo congresso, até que o presidente eleito em novo pleito assumisse o cargo. Foi eleito Rafael Caldera, outro ex-presidente, dessa vez pela Copei, mantendo a sucessão entre os dois partidos. Embora tenha apresentado um discurso que o aproximava dos setores populares, o agora presidente eleito iria dar continuidade à agenda neoliberal iniciada pelo seu antecessor, que viria a se chamar *Agenda Venezuela*. O resultado foi segundo Villa (2004):

[a] restituição do pontofijismo nos trilhos anteriores a 1989, aprofundando os setores sociais venezuelanos em três sentimentos quase irreversíveis em relação ao sistema político: o desprestígio dos partidos políticos tradicionais e de suas lideranças, das quais Caldera era um ícone; uma sensação de que existia um vazio de poder incapaz de ser coberto pela elite política remanescente de 1958; e, por fim, o desejo dos setores populares, e mesmo da classe média, de renovar suas elites dirigentes para que estas fizessem funcionar novamente o sistema clientelista redistributivo que tinha operado até os anos de 1980 (VILLA, 2004, p. 158).

Ao mesmo tempo em que se assistia a derrocada do puntofijismo, os golpistas de 1992 foram soltos e iniciaram um percurso por todo o país para organizar o MBR 200. Nesse contexto, o próprio Hugo Chávez revê sua posição enquanto liderança, assim como a participação dos militares no processo de transformação. A desarticulação política sofrida nos tempos que sucederam ao golpe de 1992, reflexo da prisão de diversas lideranças, do afastamento e da perseguição que sofreram os que ficaram em liberdade, evidenciaram que não seria possível uma nova investida golpista. Percebeu assim, que não haveria possibilidade de vitória sem a participação da sociedade civil. Reconhecendo-se assim o equívoco do passado.

É mediante a essa convicção de que seria necessária uma expressiva participação civil que, ainda do cárcere, Chávez e o MBR 200 decidem criar os comitês bolivarianos, que se tornariam os círculos bolivarianos. Assim, nos anos que se seguem, o grupo de oficiais se organiza a partir de movimentos clandestinos que atuam no interior das Forças Armadas para atingir diversas camadas sociais, tornando-se um movimento civil-militar, organizado em torno de uma bandeira comum: a constituinte. O aprofundamento da crise política seria assim acompanhado pela emergência de um novo movimento político.

O amadurecimento com relação ao sistema político, fruto de leituras e conversas com juristas, fez com que em 1993 Hugo Chávez passasse a considerar importante a participação nos instrumentos constitucionais como forma de modificar a organização política por meio da utilização do aparato jurídico-político vigente. Abandonando a bandeira da abstenção e tendo construído uma base de apoio, Chávez inicia sua participação na vida política institucional criando, em 1993, o Movimento Quinta República.

Já em 1998, Chávez se tornara uma figura conhecida em âmbito nacional, sempre lembrado pela capacidade de oratória e pelo discurso radical de mudança política e social. A conjuntura política da Venezuela era propícia à ascensão de uma nova liderança que confrontasse as elites e o modelo de organização política. Sua virtude, todavia, está em ter se mostrado capaz de compreender que as mudanças deveriam obedecer às vias democráticas, tendo abandonado o posicionamento de golpista para assumir uma postura democrática radical. Completava o acervo ideológico

o uso da figura de Simon Bolívar, colocando-o como herdeiro do legado daquele que é visto como o libertador dos povos latino-americanos. Esta utilização da figura de Simon Bolívar será fundamental para a legitimação do novo líder em ascensão.

Entre o militarismo e o bolivarianismo: o chavismo

As influências políticas nas quais se forjou tanto a figura de Hugo Chávez, quanto à de seu legado, o chavismo, são diversas e singulares. Duas, no entanto, são fundamentais para compreender a tomada de decisão do ex-líder venezuelano e de seu legado: de um lado, a doutrina militar e, de outro, o legado bolivariano.

Hugo Chávez entrou na Academia Militar em 1970, ainda aos 17 anos, e como ele mesmo menciona em entrevista, não possuía nenhuma motivação política. Bem distante disso, a essa altura gostaria de ser jogador de beisebol. Embora ainda houvesse conflitos entre as Forças Armadas e as guerrilhas, essas eram cada vez mais reduzidas e a Venezuela passava por um período de relativa estabilidade democrática. Essa experiência na vida militar será fundamental para Chávez, que se formou em Ciências Militares, um equivalente ao ensino superior. Ao longo dessa formação teve contato com a Ciência Política e se interessou pelo estudo da Teoria Militar. Estudou com maior profundidade as obras de Mao Tse Tung, que teve, em sua formação, especial importância.

De minhas leituras de Mao tirei várias conclusões que foram determinantes para mim. Uma delas era que a guerra tinha uma série de componentes e de variáveis. Os chineses falam de cálculo para tudo, têm um pensamento que voa rasante ao solo, tratam de se conectar com a realidade. Mao dizia que uma dessas variáveis era a moral e demonstrava que o que determina o resultado de uma guerra não é a máquina, o fuzil, o avião ou o tanque de guerra, mas o homem, o ser humano que maneja a máquina, mas, sobretudo, a moral do homem que maneja a máquina. E, em segundo lugar, algo que acho muito mais importante, muito mais amplo e profundo: aquilo de que “o povo está para o exército como a água está para o peixe”. Eu concordei sempre com isso e tenho tratado de praticá-lo, ou seja, que sempre tive uma visão cívico—militar, via que devia existir uma estreita relação entre o povo e o exército. (HARNECKER, 2004, p. 14).

Em seus estudos sobre Teoria Militar e Ciência Política, Hugo Chávez se interessou principalmente pela relação entre as forças armadas e a possibilidade de intervenção social, uma de suas influências foi o livro organizado por Claus Heller, *O exército como agente de mudança social*. É nesse contexto que passa a ter contato com textos relativos a grandes líderes militares como Napoleão, Aníbal e aquele que iria conduzir sua orientação política, Simon Bolívar.

Além das leituras, sua experiência na guerra contra as guerrilhas no interior da Venezuela e o uso da força contra a população camponesa, com atos de tortura, fez com que ele se questionasse sobre as ações e o papel dos militares na sociedade. Com esse olhar, observou os eventos políticos da América Latina na década de 1970 e a instalação de regimes ditatoriais, militares e de extrema direita.

Nessa ocasião me interrogava: para que servem os militares? Para mantê-los encerrados nos quartéis? Para servir a que tipo de governo? Para instaurar uma ditadura como Pinochet ou para governar como Velasco ou Torrijos ao lado do povo, enfrentando inclusive correntes hegemônicas mundiais? Então, eu comecei a perceber o militar, não como um massacrador do povo, nem para dar golpes de

Estado, mas como um servidor social, e a Força Armada como um ente social. (HARNECKER, 2004, p. 17).

Já como oficial, Chávez estava convencido de que os militares deveriam ter um papel decisivo enquanto ente social, na mudança da sociedade. No entanto, percebeu após o golpe de 1992 que sem a presença dos setores civis não seria possível construir qualquer mudança. Era necessário que setores populares, intelectuais, classe média e forças armadas trabalhassem em conjunto. Para isso, passou a ir ao encontro desses setores, percorrendo, principalmente, os bairros populares.

É também sua experiência como militar que irá mudar em definitivo a estratégia para alcançar as mudanças que havia planejado. Sua decisão de mudar o sistema político estava permeada pela ideia de se atacar o inimigo onde ele é mais fraco. Tendo em vista o contexto de derrocada do puntofijismo, o ponto fraco da estrutura social venezuelana era sua organização política e jurídica. As mudanças sociais deveriam se iniciar sobre aqueles aspectos. Com essa leitura o movimento irá se debruçar sobre a bandeira de uma nova constituição, buscando referências como Rousseau e na experiência latino-americana, mais especificamente a Colômbia, que acabara de passar por uma mudança em sua constituinte.

Conforme se pode observar, seu interesse pela política foi traçado por sua trajetória de estudos sobre teoria militar e, embora tivesse contato com as obras de Mao, não se pode afirmar que sua formação sempre foi de orientação socialista. Ao contrário do que seria esperado, Chávez estudou Marx apenas superficialmente e afirma que é necessário ir além do marxismo para superar as condições de classe, principalmente, porque não se é possível encontrar a classe operária que Marx definiu. No entanto, nunca foi avesso ao marxismo, mas esse fato demonstra o caráter *sui generis* de seu pensamento.

Não há dúvidas que Simón Bolívar apresenta-se no governo chavista como uma forte fonte de inspiração e exemplo ideológico a ser perseguido. A figura ou o imaginário que este personagem histórico representa na trajetória política do chavismo é algo inescapável e tão sólido quanto são as inúmeras incompreensões sobre quem era Bolívar, tanto por parte dos defensores do atual modelo político venezuelano quanto também por parte de muitos de seus críticos.

É importante reconhecer que a historiografia venezuelana concedeu um lugar de destaque a Simón Bolívar e, para tanto, manteve suas análises sobre a imagem de líder militar e também como libertador, algo de muito valor para Chávez e que o permitiu assumir uma postura anti-imperialista contra a hegemonia americana no continente, valorizando em contraponto a supremacia dos povos latino-americanos. É esta interpretação que irá orientar com grande amplitude uma boa parte dos atuais movimentos políticos latino-americanos.

Nesse sentido, podemos identificar que Hugo Chávez, ao utilizar-se da figura de Bolívar, tinha por finalidade exercer uma nova identidade nacional no país e reverter à lógica até então colocada pelos governos de Carlos Andrés Pérez do partido de Acción Democrática e de todos os atores políticos que representavam o Pacto de Punto Fijo, utilizando-se da figura combativa de Bolívar para estabelecer, no seu imaginário e no da grande parcela da população venezuelana, o poder de anunciar que era sempre legítimo lutar pela liberdade e que, a despeito da ação corrosiva das oligarquias, a sobrevivência e a melhor organização da república dependeriam de uma luta incessante e gloriosa das massas.

Logicamente que o personagem histórico utilizado como inspiração deste novo movimento político também advém das alianças militares realizadas por Chávez com jovens de baixa patente, que descontentes com seu papel social nos anos 70 e 80, vão reforçar o movimento oposicionista, vinculando-se definitivamente no discurso “bolivarianista” e na ação política de derrubada dos governos tidos por esses como oligárquicos.

É importante frisar que ao estabelecer a figura de Bolívar como um símbolo deste movimento denominado de “chavismo”, tanto os defensores do movimento quanto muitos de seus críticos vão adotar inúmeros pressupostos e visões sobre o comportamento e aspirações do então presidente Hugo Chávez, já que o modelo ideológico se apoia em uma figura que transmite a ideia de um processo de independência que se sustentará em batalhas internas contra seus opositores políticos-ideológicos, podendo até chegar à adoção de uma política belicista contra seus rivais, sendo extensiva não apenas ao Estado venezuelano, mais também a todo o modelo dominante exercido na América Latina.

Outra visão vinculada por ambas as correntes – oposicionistas e defensores – no que se refere ao chavismo, é o de interpretar a adoção das ideias bolivarianistas como sinônimos de ideais comunistas, como se as duas ideologias representassem a mesma coisa, já que ambas pressupõem uma emancipação do indivíduo. Estes arautos da verdade, seja de uma ou de outra corrente, esquecem-se de que ao compararem estas ideologias, automaticamente contradizem o que Marx considerava de Bolívar (MARX, 2008), que narrada sem adjetivos, não deixa dúvidas sobre o pensamento deste autor: a primeira, a propósito do Código Boliviano; a segunda, a respeito da atitude de Bolívar, no fim de 1826, em relação à Paéz, ao Congresso e a Constituição; e a terceira, tendo por objeto o agitado Congresso do Panamá:

- 1) O Código Boliviano, segundo Marx, foi uma imitação do napoleônico e um motivo para Bolívar [*dar*] livre curso a suas inclinações para o poder arbitrário;
- 2) A propósito da sublevação de Paéz, Marx acusa Bolívar de tê-la instigado secretamente, com o desejo de abolir a Constituição e reassumir a ditadura;
- 3) Do Congresso do Panamá – ao qual compareceram não apenas delegados da América Latina, mas também dos Estados Unidos, e no qual se chegou a falar em unir “todos os países republicanos do mundo” – diz Marx, com igual franqueza, que sob, a aparência de um novo código democrático internacional, o Libertador Bolívar se propunha a converter a América inteira em “uma única república federativa, tendo nele próprio seu ditador”. (ROSENMANN *et al*, 2008, p. 74, *grifos dos autores*).

O tratamento dado por Marx a Simón Bolívar, além de desmascarar e contradizer uma parte de especialistas que traduziam/traduzem as ações chavistas como uma radicalização à esquerda no caminho de um comunismo exacerbado, possibilita ainda uma reflexão importante: de como se pensar a efetiva emancipação e empoderamento da população para aqueles atores que realmente defendem esta visão de mundo. Ou seja, Marx, ao não concordar com as bandeiras apresentadas pelo bolivarianismo, demonstra que as mudanças necessárias na estrutura social não vão ocorrer a partir de modelos verticalizados ou por investimentos em programas sociais – mesmo estes sendo importantes, para um equilíbrio social da população. Estas só vão ocorrer a partir de uma consciência de classes, que levariam a própria sociedade a

reivindicar melhores condições de vida, sem a necessidade de figuras ímpares para a realização deste processo de radicalização entre a população e a elite venezuelana, como se ressalta em um trecho de uma carta de Marx para Engels, onde ele diz: “A força criadora de mitos, característica da fantasia popular, provou sua eficácia em todas as épocas, inventando grandes homens. O exemplo mais notável desse tipo é, sem dúvida, o de Simón Bolívar” (SCARON, 1975).

Marx, ao analisar países como Irlanda, Espanha, Rússia, ou Turquia, sempre descobriu neles a presença de suportes sociais para a mudança de postura política e social, aos quais atribuiu uma vitalidade própria de tal magnitude que era capaz de gerar uma revolução plebeia, popular, revolucionária do conjunto da sociedade, como foi à revolução francesa. Para dizê-lo de outra maneira, Marx encontrava nestes países um germe de um novo “1789” (que tanto assusta os críticos do modelo chavista – mas que nada tem a ver com esta possibilidade).

Foi precisamente isso que Marx não pôde vislumbrar na América Latina. A ausência de vontade “nacional e popular”, característica das elites crioulas que conduziram o processo de independência, estabeleceu um limite de “visibilidade” do processo que Marx não conseguiu superar, e o qual resolveu, paradoxalmente, através de um mecanismo de negação. A debilidade das elites políticas e sociais latino-americanas e a ausência até mesmo incipiente de uma presença autônoma das massas populares estavam fadadas a conduzi-lo – e de fato o conduziram – a negar qualquer tipo de legitimidade própria num processo social que ele viu apenas em seus componentes de arbitrariedade e autoritarismo.

O que Bolívar realmente almejava era erigir toda a América do Sul como uma única republica federativa, tendo nele próprio seu ditador. Enquanto, dessa maneira, dava plena vazão a seus sonhos de ligar meio mundo a seu nome, o poder efetivo lhe escapou rapidamente das mãos. (MARX, 2008, p. 53).

Do ponto de vista moral, Marx poderia justificar e até defender Bolívar e suas idiossincrasias, mas, tanto teórica quanto politicamente, negou-lhe qualquer grau de criatividade histórica e de aprovação (ARICÓ, 1980). Sendo assim, a perspectiva bolivariana encarada por Chávez guarda uma distância com os postulados clássicos de qualquer concepção de *comunitas*, se apresentando mais como uma opção político ideológica para unir as facções de esquerda no país, que anteriormente a sua primeira candidatura em 1998, estavam isoladas e totalmente desunidas. Além disso, o retorno ideológico bolivariano aliado ao talento de orador que Chávez encarnava e de sua promessa de revolução em prol da justiça social assegurou-lhe as inúmeras vitórias nos pleitos disputados, fato anteriormente sequer imaginado por seus opositores.

A trajetória dos anos “chavistas”.

Iniciado seu primeiro mandato presidencial no ano de 1998, nada indicava que o percurso de Chávez o conduziria a ser considerado como um paradigma atual de política interna e externa para a América Latina. Durante sua primeira campanha presidencial, alguns analistas relatavam que logo Chávez seria esquecido (JONES, 2007). Na época a candidatura conservadora de Irene Saéz ilustrava, a seu modo, a atenção que as elites do país davam as reivindicações populares. Em menos de vinte anos, Caracas registrou a contração econômica mais acentuada da região e a taxa de pobreza disparou de 17%

para cerca de quase 50%. Em um contexto como esse Saéz teve dificuldade em dar continuidade a sua gestão, dando espaço para as promessas chavistas e possibilitando uma surpreendente vitória que não parou mais de alterar a realidade venezuelana.

Na década de 1990, a colaboração política da América Latina era todo vinculado ao receituário neoliberal do Consenso de Washington. No México, Carlos Salinas (1988 - 1994) acabava de liquidar mais de 110 empresas públicas. No Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) estendia o tapete vermelho ao capital especulativo internacional. E, com a Argentina de Carlos Menem (1989 - 1999), o FMI praticamente governava o país. A campanha presidencial venezuelana apenas começava enquanto crepitavam os flashes da segunda Cúpula das Américas, organizadas em Santiago do Chile. Ao lado do ex-presidente norte-americano Bill Clinton, as fotos revelavam os rostos satisfeitos dos dirigentes latino-americanos ao decidir pela criação, até 2005, de uma zona de livre-comércio que se estendia do Alasca à Terra do Fogo, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Na Europa, treze dos quinze países possuíam governos tidos como “esquerda”, mas a “grande surpresa” ainda estava por vir. O socialista Lionel Jospin se revelou o campeão francês das privatizações; o socialdemocrata alemão Gerhard Schroeder colocou em prática “reformas” que o transformaram no ídolo da direita europeia: o trabalhista britânico Tony Blair promoveu uma “terceira via” (GIDDENS, 2001) que ganhou o estatuto de – segundo a fundação do ex-chefe do governo espanhol, José Maria Aznar – verdadeiro herdeiro” de Margaret Thatcher (MARAÑÓN, 2009).

Em todos esses casos de países que adotaram as políticas de ajuste neoliberais originaram-se graves consequência, de ordem social, econômica e política: o substancial aumento das desigualdades sociais, assim como de índices de criminalidade, violência urbana e desemprego atingiram de forma contundente os setores mais pobres destas sociedades, dando origem a uma alarmante desordem social; embora o ajuste neoliberal tenha proporcionado significativo êxito no controle inflacionário, o mesmo não se mostrou eficaz em seu objetivo de promover o crescimento econômico obtido anteriormente nos anos 50-60; por fim, a obtenção destes maus resultados terminou por acometer estes governos de grande impopularidade e descrédito.

Nesse contexto, a revolta rondava a América Latina, onde as “boas almas” da escola de Chicago há tempos desenvolviam seus trabalhos, a começar por Caracas, em 1989, quando um plano de ajuste estrutural preparado conjuntamente com o FMI desencadeou uma série de protestos. A repressão deixaria mais de três mil mortes depois do célebre Caracazo. Três anos depois, também na Venezuela, duas tentativas sucessivas de golpe de Estado tentaram derrubar o poder, uma delas conduzida por Chávez.

Levantes populares e indígenas no Equador, Bolívia e Chiapas, no México, desencadeariam uma fase de mobilizações pontuais que afirmava a impossibilidade de extrair a democracia social que a vertente liberal procurou sufocar, dando espaço e força para um novo tipo de atitude.

Em um primeiro momento, Chávez compartilhou alguns questionamentos desse novo movimento: “Sabíamos que a estratégia da via eleitoral poderia se revelar catastrófica, que poderíamos cair na armadilha do então sistema que dominava” (JONES, 2007, p. 56). A primeira ruptura veio quando sua equipe constatou que a exasperação das classes médias em relação ao “sistema” poderia não somente conduzi-

lo ao poder, mas também impulsionar uma reforma da Constituição – a possibilidade de desmontar as “armadilhas do sistema neoliberal”.

Sendo assim, o ex-coronel Chávez se utiliza do apoio de grande parte das Forças Armadas, cujos oficiais não eram todos oriundos das classes sociais mais abastadas – uma exceção na região. A “revolução” proclamada em sua eleição decorre desse contexto singular e de um projeto político relativamente tímido naquele momento: uma crítica ao “capitalismo agressivo” inspirado, segundo o próprio Chávez, no modelo conceitual da terceira via de Blair.

Além disso, o primeiro governo chavista manteve – mesmo que de forma breve – Maritza Izaguirre como ministra das finanças, cargo que ela já ocupava na equipe do neoliberal Rafael Caldeira. Quanto ao seu programa de governo inicial, se contentou em retomar certos dispositivos das décadas de 1960 e 1970: educação e saúde gratuitas.

Contudo, os dirigentes progressistas anteriores tinham empreendido reformas econômicas e sociais “com o cuidado de não gerar na população o sentimento de ter se tornado um ator político – o que poderia conduzir a uma radicalização inquietante das classes dominantes” (ELLNER, 2008, p. 25).

Votada em 1999, a nova Constituição previa que os programas sociais não fossem impostos de cima para baixo pela burocracia ministerial, e sim aplicados com a participação da população. Foi essa medida, mais que a ideologia do presidente venezuelano, que incomodou tanto a elite – porque representava uma reforma política que poderia enfraquecer seu controle do Estado e a primazia sobre o lucro do petróleo.

Os acontecimentos seguintes são conhecidos – golpe de Estado, paralisação da indústria do petróleo pelos quadros superiores e técnicos, boicote das eleições etc. – e ilustram a intransigência de uma burguesia decidida a negar qualquer concessão. Mas essa atitude da oposição teria o efeito paradoxal de alavancar o processo chavista. Como explica Wilpert (2007), cada nova tentativa – fracassada – da oposição de derrotar Chávez acabou por ampliar sua margem de manobra e permitir políticas ainda mais audaciosas.

Para os meios de comunicação, essa evolução conduziu Chávez a encarnar o papel de radicalista político no centro da onda progressista que submergiu na América Latina durante a década de 2000. A carga subversiva de termos como “nacionalização”, “soberania” e “anti-imperialismo”, que Chávez colocou novamente em moda, refletiria, assim, sua própria ambição e a lenta deriva ideológica da esquerda.

A mutação do dirigente bolivariano surpreenderia ainda mais. Durante a campanha de 1998, o candidato multiplicou encontros com o Citibank, J.P. Morgan e Morgan Stanley para apaziguar os temores dos banqueiros. Dez anos depois, afirmaria que esta sua batalha representava uma expressão da luta de classes (discurso proferido nos canais de televisão venezuelano em 30 de novembro de 2008).

No dia seguinte à sua primeira eleição, o presidente eleito passou a manhã nos estúdios da maior rede televisiva do país – pertencente à primeira fortuna da Venezuela, Gustavo Cisneros – estimulando os investidores: a Bolsa de Caracas subiu 40% em dois dias. Em junho de 2011, o *Wall Street Journal* revelou que eram os problemas de saúde de Chávez que inibiam os mercados.

Em 2001, as linhas gerais do plano de desenvolvimento econômico e social da nação 2001-2007 previam a criação de uma classe patronal emergente e a garantia de

um clima de confiança para os investidores estrangeiros no país. O documento tornou-se obsoleto, quatro anos depois, quando Chávez proclamou que seu país buscava um “socialismo do século XXI”.

A maior parte dos dirigentes políticos fez o caminho inverso, o que, sem dúvida, chamou a atenção do mundo para a Venezuela. No momento em que na França, Jospin explicava que “o Estado não pode tudo”, a Venezuela procedia com sua reabilitação: exigia o controle majoritário dos projetos de exploração de recursos naturais (medida que se replicaria por outros países da América Latina), a retomada das rédeas do Banco Central e da política monetária.

Desde 2003, a pobreza na Venezuela caiu pela metade e a indignância diminuiu 70%; as desigualdades também diminuíram e, hoje, é o país mais igualitário da região Sul (tabela 1).

Tabela 1 – Avanços do Governo de Chávez

Avanços do Governo Chávez
✓ PIB – Crescimento Médio de 13,5% ao ano entre 2003 e 2008 – total, 94,7%.
✓ Taxa de Pobreza: queda de 54% nos bolsões de pobreza em 2003, para 26% em 2008.
✓ Pobreza extrema: queda de 72% entre 2003 e 2008.
✓ Desigualdade (índice de Gini): queda de 41%, um dos melhores desempenhos da América Latina.
✓ Dívida Pública: redução de 30,7% para 14,3% do PIB na primeira década dos anos 2000.
✓ Dívida Externa: redução de 26,6% para 9,8% do PIB na primeira década dos anos 2000.
✓ Desemprego: queda de 11,3% para 7,8% na última década.

Fonte: Centro de Pesquisa em Economia Política (CEPR), 2009.

No que se refere à diplomacia, esta se tornou poderosa e contribuiu para a derrota do projeto da Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA, assim como para a criação e o fortalecimento de estruturas regionais baseadas no princípio da solidariedade (como a Aliança Bolivariana das Américas – ALBA) e na independência em relação aos Estados Unidos (como a União das Nações Sul-Americanas – UNASUL – e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe – CELAC). Além disso, a Venezuela apoiou a Argentina no reembolso parcial da dívida e auxiliou o novo governo de base indígena da Bolívia.

Estas passagens demonstram por si só, a trajetória dos governos da era chavista e consequentemente os avanços e o retrato enigmático de uma figura política que sem dúvida alguma, possibilita um novo paradigma ideológico não apenas para a Venezuela, mas também para todo e qualquer país em desenvolvimento, principalmente no que se refere aos países da América Latina, o que demonstra que as concepções e as ações

realizadas nos anos chavistas ainda necessitarão se melhor analisadas e estudadas, até porque o ator político Chávez não se encontra mais presente no cotidiano do povo venezuelano, mas suas ações ainda demonstram pujança e terreno fértil no imaginário coletivo de muitos de seus seguidores.

Considerações Finais

A figura de Chávez despertou inúmeras polêmicas ao redor do mundo. Suas atitudes chamaram atenção por seu forte teor e direcionamento ideológico, sendo um dos primeiros líderes a adotar políticas progressistas em um período ainda amplamente marcado pela hegemonia das ideias neoliberais. A ruptura com o paradigma então vigente guiou a Venezuela para a obtenção de significativos resultados, sobretudo sociais e econômicos, tais como analisados ao longo deste artigo.

Também se torna impreterível apontar os importantes avanços no campo político. As reformas impulsionadas por Chávez abriram espaço para uma efetiva inclusão da participação popular nos assuntos políticos nacionais, participação esta obstaculizada e temida pelos governos predecessores, levando a democracia venezuelana a um importante processo de ampliação e aprofundamento.

Chávez também ficou inegavelmente caracterizado por sua irreverência. Crítico voraz do imperialismo americano lançou duras críticas à política externa dos Estados Unidos em seus discursos, tanto perante seu próprio povo quanto em conferências promovidas por instituições multilaterais, como na Assembleia Geral da ONU na qual denunciou, sob o sinal da cruz, o “cheiro de enxofre” proveniente do então presidente americano, George W. Bush.

Seu discurso popular alcançava o povo venezuelano de tal maneira que sua morte foi profundamente sentida no coração das camadas mais pobres. O funeral do ex-presidente, vítima de câncer, realizado no dia 08 de março de 2013 levou imensa comoção popular às ruas, e ainda hoje sua imagem pode ser encontrada ao lado de figuras de santos em inúmeros altares religiosos em casas pertencentes às famílias mais simples, para onde são direcionados anseios e orações focadas na melhoria de suas vidas.

Esta reverência de sua memória não pode ser deixada de lado ao se analisar a sua figura perante o povo venezuelano. As críticas que o apontam como ditador talvez não sejam as mais fiéis à biografia de um grande chefe de Estado, que se não se apresenta como um modelo de ideal democrático, também está distante de ser tirânico, autoritário ou totalitarista. Muito ainda necessita ser estudado no que se refere à figura de Chávez, tanto perante a sua ascensão ao poder, como principalmente o legado que ele deixou aos venezuelanos e principalmente como este tornou a Venezuela um país mais conhecido no mundo e de certa forma protagonista na América do Sul.

Sem dúvida alguma, o seu governo coloca-se como uma nova postura na América Latina, se este será interpretado como avanço ou retrocesso, é algo ainda em debate. Entretanto, uma característica é inegável, a de que o chavismo despertou e deu voz a milhares de pessoas anteriormente mudas e submissas a desmandos de uma classe privilegiada, tal modelo sem dúvida alguma pode ser copiado por outros países, se vai ocorrer ou não, só o tempo poderá nos mostrar.

Atualmente, a pergunta mais importante com respeito ao futuro do movimento bolivariano diz respeito à governabilidade de Maduro. Vários analistas acreditam, que o atual presidente talvez se mostre até mais receptivo ao movimento social que seu predecessor. Isso é incerto, por ao menos, duas razões. Mesmo sendo verdade que costumava favorecer os militares, principalmente na escolha de nomes para os altos cargos públicos, Chávez quase sempre deu preferência a organizações populares em detrimento de figurões da política econômica ou social. Em segundo lugar, Maduro não ignora que os meios sindicais e comunitários que o apoiam são paupérrimos em quadros administrativos qualificados e que deverá, em consequência, recorrer aos militares para garantir o bom andamento dos negócios do governo.

Outro fator contribui para a coesão da equipe governamental: os Estados Unidos. Quase todos os dirigentes bolivarianos, sobretudo aqueles que ostentam uma longa histórica de militância esquerdista, acreditam que Washington não recuará diante de nenhuma opção, inclusive a militar, para subverter o odiado governo da Venezuela. Enquanto a ameaça de uma intervenção norte-americana continuar real aos olhos dos responsáveis e dos militantes bolivarianos, eles não darão sinais de divisão nem de discórdia. Ou seja, o movimento ainda está em consolidação...

Chávez, em uma de suas últimas aparições públicas, embora exortasse seus simpatizantes a cerrar fileiras – “Unidade, unidade, unidade! –, também admitiu que o projeto bolivariano ainda estivesse largamente incompleto, incumbindo seus sucessores de levá-lo a bom termo. Como observou em seu blog, o sociólogo venezuelano Javier Biardeau, “a tragédia política, para Chávez, é o reconhecimento, sob a forma de uma autocrítica implícita, de que o governo pode muito bem se desviar de sua orientação revolucionária” (BIARDEAU, 2013).

Esse estado de espírito foi expresso, por exemplo, num discurso proferido após sua reeleição em outubro de 2012, onde disse:

Acredito que tenhamos uma nova arquitetura legal [...] baseada na Constituição [de 1999]. Fizemos leis sobre os conselhos comunais, sobre as comunas, sobre a economia comunal, sobre os motores locais de desenvolvimento; mas não prestamos atenção a elas, nós, os principais responsáveis por sua aplicação. (WILPERT, 2013, p. 11).

Após a morte de Chávez, o sonho de sua presidência – instaurar uma democracia participativa no século XXI – permanecerá consoante com os novos objetivos do movimento bolivariano, essa mescla de revolucionários veteranos, militantes comunitários, oficiais progressistas e interesses econômicos disparatados, será que conseguirá manter o foco no ideal outrora traçado? Sem dúvida alguma, a resposta dependerá da capacidade desses grupos e do atual presidente Carlos Maduro de fazer que suas exigências forme um quadro coerente, como parece ter sido um ponto de avaliação constante durante os catorze anos da presidência de Hugo Chávez.

Referências

ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Perú: CEDEP, 1980.

BIARDEAU, Javier. A luchar! La revolución bolivariana ¿Superara a sus errores y debilidades? Disponível em: <http://saberescontrahegemonicos.blogspot.com>. Acessado em Agosto de 2013.

ELLNER, Steve. **Rethinking Venezuelan politics**. Estados Unidos: Lynne Rienner Publishers, 2008.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARNECKER, Marta. **Hugo Chávez Frías**: um homem, um povo. São Paulo: CLACSO, 2004 (Online). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/otros/20111102115106/entrevis.pdf>

JONES, Bart. **The Hugo Chávez story from mud hut to perpetual revolution**. New Hampshire: Steerforth Press, 2007.

LATINOBARÓMETRO. Regime democrático na Venezuela. Disponível em: **www.latinobarometro.org**. Acessado em: Agosto de 2013.

MARAÑÓN, Tom Burns. Thatcher: Consensus and circumstances. Madrid: **Faes**, 12 de Maio 2009.

MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ROSENMAN, Marcos Roitman; CUADRADO, Sara Martinez. Epílogo. *In*: MARX, Karl. **Simón Bolívar por Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SCARON, Pedro. Karl Marx y Friedrich Engels: Materiales para la historia de América Latina. Buenos Aires: **Cuadernos de Pasado y Presente**. nº30, 1975.

VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. **Estudos avançados** 19 (55), 2005. p. 153-172

WILPERT, Gregory. **Changing Venezuela by taking power**. Londres: Verso, 2007.

_____. O futuro do movimento bolivariano. *In*: **Le Monde Diplomatique Brasil**. Abril de 2013. 2013.